

que tinha como objetivo responder aos anseios de seus eleitores no que se refere ao fato de suprir a demanda em exploração florestal e madeira. O Sr. Amann, que habitualmente diz que assim como o Viradador João Mendes, não queria a exploração de substituir as atividades não realizadas em Caxias, mas talor diante, que o Viradador Amann na reformulação entrou com o Sr. João José Bonifácio, e que o mesmo não substituiria a sua pelo substituir e quando o Sr. Amann, entrou em uma Companhia, disse que quanto a declaração de que o Viradador Amann equanimidade na Indicação, foi com o intuito de mostrar que o mesmo não estaria em Caxias em 1929 e não poderia obter o nome do Sr. Amann homenageando um substituir digno, e assim não teria a oportunidade de entrar o Sr. Antônio Nogueira de Aguiar grande despoleta. Continuando, disse que sabia-se muito honrado com a presença do Viradador Amann Valério que muito contribuiu para o engrandecimento de Caxias, no que concerne ao fato. Não havendo mais dúvidas para o uso da Indicação em exploração florestal, o Sr. Amann em exercício encaminhou a Presidência em nome de Deus e para combater mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Amann, aprovada, não assinada para que produza seus efeitos legais.

Assinado
 e
 Assinado

Ata da Junta Simão Ordinária, 10 de Junho, 1929, de 1929, da Câmara Municipal de Caxias, realizada no dia 27 (vinte e sete) do mês de agosto do ano de 2002 (dois mil e dois).

Os eleitos nos do dia 27 (vinte e sete) de agosto do ano de 2002 (dois mil e dois) sob a Presidência em exercício de Eduardo Gomes e com a ocupação da Presidência Municipal pelo Sr. Amann, Ricardo Gomes da Fonseca, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Caxias para, além de mais, responderem a chamada regimental e seguintes Vereadores: Guy Zito da Rocha, Allanys Gouveia da Silva, Amann

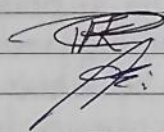
Valério Thomaz Júnior, Augusto Salgado Miranda de Carvalho, Emanuel Figueira
dos Santos da Silva, Gilmar Antônio Guimarães Branger, Jairo dos Santos
dos, Luis Carlos Lobo, Paulo César da Silva Almeida, e Rui Barchado de Faria
havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta
a sessão ordinária em nome de Deus. O requer, lida e aprovada a seguinte
Ordem do Dia da Junta Geral Ordinária do Segundo Período Legislativo. A re-
quisição, o Senhor Presidente em exercício após o cumprimento do rito regimental
solucionou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do
requerente: Ofício nº 1472/2582/2002 - 25ª BRM, assunto: Consulta para parti-
cipar da reunião do Conselho Comunitário de Segurança Pública, a realiza-
ção-se no dia 04/09/2002, às 14:30 horas, no Clube Iamem em Cabo Frio.
Ofício nº 1531/2582/2002 - 25ª BRM, assunto: Consulta para participar da
reunião do Conselho Comunitário de Segurança Pública, a realizar-se no
dia 05/09/02, às 8:30 horas, no Espaço Cultural e Ambiental Bico Ve-
lúmino, no 2º Distrito de Cabo Frio. Projeto de Resolução nº 012/2002
Senador Elias Berto, assunto: Conferir título de Cidadão Cabofriense a Pas-
tra Rômulo Alves dos Santos, Projeto de Resolução nº 013/2002 - Vereador Elias
Berto, assunto: Conferir título de Cidadão Cabofriense ao Pastor Glaúcio de
Sousa, Projeto de Resolução nº 016/2002 - Vereador Ricardo da Fonseca, assun-
to: Conferir título de Cidadão Cabofriense ao Sr. Geraldo Pastano, Projeto
de Resolução nº 017/2002 - Vereador Rui Barchado, assunto: Conferir título
de Cidadão Cabofriense ao Sr. Paulo Sidney Lima Mendes, Projeto de Resolu-
ção nº 018/2002 - Vereador Luis Carlos Lobo, assunto: Conferir título de Cidadão
Cabofriense ao Sr. Ronaldo Hora da Silva, Projeto de Resolução nº 019/2002
Vereador Rui Barchado, assunto: Conferir título de Cidadão Cabofriense ao
Senhor Evandro Passinho da Costa. Encerrada a leitura do Expediente, o Se-
nhor Presidente em exercício franqueou o Salão ao Público, em nome de Deus.
Não havendo outros assuntos para o uso da tribuna o Senhor Presidente em exer-
cício conduziu os trabalhos para o Ordem do Dia. Nesta etapa, foi repassada para
assessoria do autor o Projeto de Lei nº 032/2002 foi aprovada pelos membros
da Comissão de Constituição e Justiça em seguintes projetos. Projeto de Resolu-
ção nº 014 e 015/2002 O requer, o Projeto de Resolução nº 014/2002 foi en-
viado para a Comissão de Constituição e Justiça. Referendo: o referido

Projeto foi encaminhado para a Comissão de Obras e Serviços Públicos foram encaminhados para a Comissão de Combustíveis, Justiça e Regulação. Projetos de Resolução nº 012, 013, 016, 017, 018 e 019/2002 em reunião e Ordem do Dia, o Senhor Presidente convocou a Tribuna para a Explicação Pessoal. Ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Jânio do Santo Rendes, que inicialmente referiu-se a sessão anterior aludindo ao discurso do Vereador Amaury Valério, destacando que não houve intenção menosprezar o Vereador Amaury Valério, e que reconhecia o empenho do mesmo para o progresso da cidade, e ainda, congratulou-se com as palavras do Deputado Victorino Carrico que no livro de Cabo Frio diz que em Cabo Frio não havia fazendeiros e pediu desculpas caso tivesse mencionado ou dito o nome por acidente, comentei sobre os problemas sociais e econômicos do Município, fazendo por jamais se omitir quanto a Cabo Frio, mas, que em instante algum deixaria de ser falo, no que encerrou sua fala. O Senhor, ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Amaury Valério, que iniciou sua fala afirmando que o Vereador Gustavo Branger agiu com ironia quanto a acentuação de por boment e nascidos em Cabo Frio conheciam o verdadeiro nome da aquela favela. Adiante, disse que tinha consciência de que tanto o Vereador Jânio Rendes quanto o Vereador Gustavo Branger não tiveram a intenção de atingir a dignidade dos que não nasceram no Município. Por fim, disse que não admitia não ser considerado eufônico em sentido de quando amor que sentiu pela cidade, e mais, que foi eleito no premissante do povo no Poder Legislativo, o que exercia com quando na honregundo, dispuser sua experiência de educação, fazendo que seu filho com a idade de onze anos foi nascido no Município. Falou da necessidade de que houvesse respeito entre os legisladores e que não se sentira ofendido com as afirmações dos Vereadores Jânio Rendes e Gustavo Branger, e um obrigado. Disse ainda, que o pedido de desculpas não era necessário no sentido de que no momento do discurso parecia que tais afirmações não foram intencionais. Continuando, disse registrando que o Vereador Rômulo Lopes já havia assinado ao Município e mencionou-se em respeito, visto que só havia energia na

idade do Rio de Janeiro e que ao contrário do que foi noticiado no meio
local multiplicava-se bem. Pouco depois a Comissão Governista para tomar parte
em reunião no Bairro Guarani às 20 e 30 h naquela data onde seriam des-
enhados os pontos referentes à campanha para Deputado Estadual do Senado
João Pimenta no que ocorreu sua falha. E seguiu, ocupou a Tribuna em
Explicação Pessoal o Vereador Antônio Pinheiro, que iniciou sua oratória
afirmando que o Vereador Amaury Valério com sua experiência não
pôde esquecer e também esquecer o Vereador João Mendes a não en-
tendo e que para dele na sessão anterior, e mais, que o Vereador Líder
do Governo e seu amigo pessoal era extremamente enojado quando se
referiu ao Ex. Prefeito José Bonifácio, o que não podia admitir, embora
as instituições políticas que fazia ao Ex. Prefeito, e que nada tinha de per-
sonal, não fazendo parte do mesmo grupo político, no entanto suas qual-
dades não poderiam ser negadas. Disse que o fato ocorrido em São
Francisco e que no momento era motivo de seus argumentos e as opiniões
dos Vereadores Amaury Valério e João Mendes tinha como origem a inter-
pretação equivocada do que colocara anteriormente no Senado. Disse
quando, disse que a discussão da Indicação do Vereador Amaury Valério
depende outra destinação para a Praça do Povo, tendo o autor en-
tendo o Ex. Prefeito José Bonifácio não investir na atividade
parlamentar, enfatizou que apenas foi em favor do Líder do Go-
verno, pois, em verdade que o Vereador Amaury Valério não queria
um Cabo que é época. Prosseguiu, disse que em verdade de tal
fato, era natural que o Vereador autor da Indicação desconhecisse
que a Praça do Povo foi construída pelo Prefeito José Bonifácio
levando o nome de Antônio Duarte de Aguiar. Disse e seguiu do
seu apelo pelo Vereador Amaury Valério e que de forma alguma
desespera de nenhum o trabalho desenvolvido pelo nome coliga junto
a Câmara Municipal de Cabo Frio e, sua manifestação terá apenas
a intenção de corrigir uma injustiça promovida pelo descontentamento
de um fato que considerava errado. Concluiu que de forma alguma quis-
se menosprezar as pessoas que não eram naturais de Cabo Frio, até
porque noventa por cento da população eram de migrantes, citando

também sua inutilidade como educador, como político pouco eficiente e como a
 cometer tal desparatado, no que encorajou sua falta. O mesmo ocorreu a falta
 na em Explicação formal o Vereador Paulo Cezar, que iniciou sua falta com
 do comentário sobre sua campanha como candidato a Deputado Estadual
 mencionando-se remunerado pela unidade e pelo eleito, levando a todos o re-
 eantes do Município uma proposta que considerava coerente com a realidade
 de, disse que sua eleição seria a única do povo mais simples que vinha
 lutando contra o empirismo que se estabeleceu em Cabo Frio, afirmando
 que seria sua função única em unidade de prêmios conseguir dentro do
 mesmo Partido que o Prefeito, a homologação de sua candidatura e depois
 conseguir a intervenção da Comissão de Estado do Executivo do 1920 no Bra-
 do, no Arquivo de Cabo Frio que tinha como Presidente de Honra o Sr.
 o Almirante, agora excluído do Partido. Disse que após sua eleição
 fosse nomeada Executiva provisória da qual tinha o nome de 20 o novo
 Presidente do 1920, tendo como companheiros o Vereador nacionalista Guar-
 any Valente, Guay Marra, Guay Berra, de Liquorido, Antônio Carlos de Carre-
 lho unidade e Alas Holguera Bento. Realizou comentários sobre questões
 envolvendo enriquecimento ilícito, especulação e corrupção de dinheiro do fami-
 elio, com recursos do povo labourense, sendo destinados ao sustento de
 campanha política em outros Municípios. Disse que naquela data o fami-
 elio Labourense, que considerava como o último chefe da Prefeitura, notou
 sei "há mais tem 86 Vereadores em 24 cidades do Estado que o apela-
 com" segundo declarações do Prefeito. Disse que enquanto tais fatos
 ocorriam faltavam medicamentos no Posto de Assistência, faltavam va-
 que no hospital, os exames eram realizados pouco o máximo ano, da
 mesma forma a manutenção de consultas, mostrando, disse não admi-
 tir que os próprios médicos apremiados, com medo de perderem o em-
 go, deixassem de lutar contra a deficiência que se estabeleceu em Cabo
 Frio, encerradas em todos os lugares da cidade e obrigados a eno-
 çarem adesões do candidato do Prefeito nos municípios. Respondendo as
 críticas, disse que ao longo de sua vida jamais sentiu a falta
 de ter praticado a corrupção, que jamais se envergonhava ante os olhos
 e os conselhos de Cabo Frio sempre mantendo sua dignidade, seu

não, pois, reputara os ensinamentos de seu filho seu grande o
pai, que com tanto sacrifício conseguiu que seu filho cursasse a Uni-
versidade tornando-se médico. Repetiu-me que jamais iria se apresentar
diante do Senhor Olavo Costa e que nem sequer os que se atre-
viam ao confronto com o "ditador". Repetiu-se ao programa o Van-
na TV de décadas atrás, um cidadão pobre de Parandia, com o
porro sendo manipulado e orientado como se computador, durante o esta-
do programa, e assim, dezenas de milhares eram proclamados como
nome de Paulo sendo usado de forma enfática. Disse que Parandia era
bombar a hora lá do porro usando a religião e jamais a assinatura do
Ministério do Vereador que por ter cumprido outros compromissos poderia
ser confundida com manifestações de caráter menor. Falou de sua
satisfação em ter sido eleito Vereador na primeira legislatura com
J. P. do arbo e do orgulho que poderia ostentar por ter conseguido junto
mente com os demais Vereadores a inauguração do Hospital da
Pólvora e o início de nova luta para a implantação do Hospital
São Natal, no que encerrou sua fala. Não havendo mais discursos
para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente
em exercício encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para
constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, abra-
da e aprovada, fosse assinada, assinada para que produza
seus efeitos legais.



Ata da 51ª Sessão Ordinária
do Segundo Período Legisla-
tivo da Câmara Municipal de
São João, realizada no dia 29
(vinte e nove) de agosto do ano
de 2002 (dois mil e dois).

As dez e sete horas do dia 29 (vinte
e nove) de agosto do ano de 2002 (dois mil e dois) sob a Presidência em exer-
cício